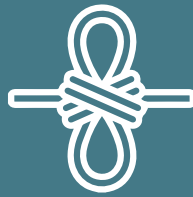




# TEORIAS DISCURSIVAS EM DIÁLOGO: PERSPETIVAS E ANÁLISES

Paulo Nunes da Silva | Luís Filipe Barbeiro | Fausto Caels  
Carlos A. M. Gouveia | Joana Vieira Santos | Carla Marques | Célia Barbeiro



Paulo Nunes da Silva | Luís Filipe Barbeiro | Fausto Caels  
Carlos A. M. Gouveia | Joana Vieira Santos  
Carla Marques | Célia Barbeiro

# Teorias discursivas em diálogo: Perspetivas e análises

## FICHA TÉCNICA

### **Título:**

Teorias discursivas em diálogo: Perspetivas e análises

### **Autores:**

Paulo Nunes da Silva

Departamento de Humanidades, Universidade Aberta || CELGA-ILTEC, Univ Coimbra

Luís Filipe Barbeiro

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria || CELGA-ILTEC, Univ Coimbra

Fausto Caels

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria || CELGA-ILTEC, Univ Coimbra

Carlos A. M. Gouveia

Faculdade de Letras, Univ de Lisboa || CELGA-ILTEC, Univ Coimbra

Joana Vieira Santos

Univ Coimbra, CELGA-ILTEC

Carla Marques

CELGA-ILTEC, Univ Coimbra

Célia Barbeiro

Agrupamento de Escolas Correia Mateus || CELGA-ILTEC, Univ Coimbra

### **Capa:**

Fotografia de Alberto Gasco no Unsplash

Composição gráfica: Frederico Pompeu

### **Design gráfico:**

Grácio Editor

1.ª Edição: outubro de 2022

ISBN: 978-989-53846-0-0 (e-book)

© Grácio Editor

Travessa da Vila União, n.º 16, 7.º Dto

3030-217 COIMBRA

Telef.: 916 600 624

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: www.ruigracio.com

Reservados todos os direitos.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/04887/2020.

# ÍNDICE

## INTRODUÇÃO

### **Alteridade e conhecimento** .....7

Paulo Nunes da Silva, Luís Filipe Barbeiro, Fausto Caels,  
Carlos A. M. Gouveia, Joana Vieira Santos, Carla Marques, Célia Barbeiro

## CAPÍTULO 1

### **Texto e Contexto: Que relações?** .....13

Carlos A. M. Gouveia, Joana Vieira Santos

## CAPÍTULO 2

### **Classificações textuais e documentos programáticos de Português** .....51

Paulo Nunes da Silva, Luís Filipe Barbeiro, Fausto Caels

## CAPÍTULO 3

### **Gêneros escolares e aprendizagens** .....71

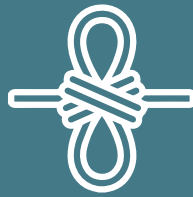
Luís Filipe Barbeiro, Fausto Caels, Paulo Nunes da Silva

## CAPÍTULO 4

### **Reconto e Relato: Propostas de análise de narrativas orais em contexto escolar** ...97

Carla Marques, Célia Barbeiro

## REFERÊNCIAS .....131



## CAPÍTULO 2

# CLASSIFICAÇÕES TEXTUAIS E DOCUMENTOS PROGRAMÁTICOS DE PORTUGUÊS

**Paulo Nunes da Silva**

**Luís Filipe Barbeiro**

**Fausto Caels**

### 1. INTRODUÇÃO

A referência aos géneros textuais tem vindo a ganhar relevo no campo educativo, quer no ensino básico e secundário, quer no ensino superior. No caso do ensino básico e secundário, esse relevo torna-se manifesto pela ocorrência crescente do termo nos documentos programáticos orientadores. Atesta esse crescimento a progressão evidenciada pelos números seguintes (cf. Carvalho et al., 2019): uma ocorrência no Programa de Português do Ensino Básico, de 1991; nove ocorrências no Currículo Nacional do Ensino Básico, de 2001; 25 no Programa de Português do Ensino Básico, de 2009; 69 no Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico, de 2015; 74 ocorrências nos documentos das Aprendizagens Essenciais de Português do Ensino Básico, de 2018. Ainda que muitas destas ocorrências sejam reiterativas, dado que retomam a referência para cada ano de escolaridade no documento ou secção que lhe diz respeito, são também reveladoras ou indiciadoras de que se espera que os géneros desempenhem um papel relevante no ensino-aprendizagem, ou seja, que os professores estejam à vontade no manejo deste princípio organizador dos textos e demarcador das características de uns face a outros.

Para que os géneros possam desempenhar esse papel, é necessário que os professores se orientem na diversidade de classificações que incidem sobre os textos; que compreendam o que está na base da atribuição de uma função relevante aos géneros no ensino-aprendizagem da língua e de outras disciplinas, por diversas perspetivas pedagógicas; que se tornem conscien-

tes dos modos como podem mobilizar a organização dos textos em géneros, tomando-os como objetos e como instrumentos de aprendizagem.

O presente texto pretende contribuir para alcançar esses desideratos, designadamente o de orientar os professores na pluralidade de classificações que incidem sobre os textos e que se manifestam no ensino. Desenvolve-se segundo um percurso que inclui uma reflexão enquadradora acerca da própria atividade de classificar e a tentativa de reconstituição de prismas ou critérios que deem conta das classificações textuais que emergem nos documentos programáticos, nomeadamente no *Programa e Metas Curriculares do Ensino Básico* (Buescu et al., 2015) e *Aprendizagens Essenciais de Português* (DGE, 2018). Este olhar sobre as classificações, que se pretende clarificador, constitui uma base sobre a qual se deverão erguer os objetivos ligados à ação didático-pedagógica assente no papel que pode ser desempenhado pelos géneros textuais. Num segundo texto,<sup>1</sup> proceder-se-á a uma reflexão sobre os géneros escolares e das diversas perspetivas em que podem ser tomados; a explicitação do conceito de género segundo duas das correntes mais relevantes da pedagogia dos géneros textuais (o Interacionismo Socio-discursivo [ISD] / Escola de Genebra e a Linguística Sistémico-Funcional [LSF] / Escola de Sydney); a fundamentação da ação didática que atribui aos géneros um papel relevante; a projeção para o ensino-aprendizagem de estratégias baseadas nas correntes pedagógicas referidas.

Considerando que esta projeção é não apenas o último ponto do percurso global delineado, abrangendo os dois textos, mas também o objetivo que se quer alcançar – o de reforçar a ação docente como ação informada e consciente –, mobilizar-se-ão diferentes contributos no âmbito das perspetivas genológicas.

Na sequência da reflexão relativa à atividade de classificar, para dar conta das classificações que emergem nos documentos programáticos, serão retomadas propostas classificatórias com raízes distantes, como as respeitantes aos modos literários ou à distinção entre poesia e prosa e, sobretudo, serão considerados contributos classificativos mais recentes de diversas escolas de língua francesa: a Análise do Discurso (Maingueneau, 2014), a Análise Textual dos Discursos (Adam, 2008) e o Interacionismo

<sup>1</sup> Ver o capítulo 3: “Géneros escolares e aprendizagens”, neste volume.

Sociodiscursivo (Bronckart, 1997). No seu conjunto, estas correntes propõem classificações como tipos de discurso, tipos de texto / tipos de sequências textuais,<sup>2</sup> géneros, a que se encontram ligadas muitas das categorias encontradas nos documentos programáticos anteriormente referidos.

Em relação aos géneros, como será explicitado adiante, estas escolas adotam uma posição bastante aberta quanto às classes que lhes correspondem, dado que se servem das categorias usadas em contextos socioprofissionais específicos, como o jornalismo, a literatura, o ensino, a justiça, a religião, etc. Dito de outro modo, no âmbito destas disciplinas e teorizações, são analisados e descritos os géneros (e as respetivas etiquetas) utilizados quotidianamente na sociedade, sem que haja o objetivo de construir uma classificação diferente.<sup>3</sup>

## 2. A ATIVIDADE DE CLASSIFICAR

Ao percurso anunciado na secção anterior, subjaz a ideia de que importa, por um lado, identificar, caracterizar e distinguir as diversas classificações em que as categorias referidas nos documentos programáticos de Português se inscrevem. Por outro lado, procurar-se-á delimitar as classes que correspondem a géneros escolares, problematizando esta categorização.

<sup>2</sup> Os tipos de sequências textuais (Adam, 2001b) inspiraram-se na classificação em tipos de texto proposta por Werlich (1983). Na conceção de Adam (2001b), a maioria dos textos é composta por várias sequências do mesmo tipo ou de tipos diversos; por isso, não é rigoroso falar-se em “texto de tipo narrativo” (eventualmente, pode falar-se em “texto de tipo *predominantemente* narrativo”). Dada a heterogeneidade sequencial constitutiva dos textos, o autor argumenta que a unidade de análise mais adequada é a sequência textual (geralmente, de extensão inferior à do texto) e não o texto na sua totalidade. Assim, de acordo com as suas propostas, o conceito de sequência textual constitui uma superação do conceito de tipo de texto.

<sup>3</sup> Esta posição contrasta com a perspetiva teórica da Escola de Sydney, filiada na Linguística Sistémico-Funcional (Halliday, 2014; Martin & Rose, 2008; Rose & Martin, 2012). Na sua teorização, esta Escola não estabelece a distinção entre tipos de texto e géneros e considera na sua sistematização um grupo relativamente reduzido de tipos ou géneros de texto, associados a objetivos ou propósitos sociocomunicativos globais que presidem às atividades humanas de utilização da língua (envolver, informar, avaliar), os quais se desdobram para dar origem a famílias mais específicas de géneros. Para a sistematização dos géneros escolares, ver Rose e Martin (2012) e, para a adaptação ao português, Caels et al. (2020).

Classificar consiste em sistematizar uma realidade complexa e heterogênea,<sup>4</sup> através de um processo pelo qual entidades singulares são identificadas, caracterizadas e agrupadas numa mesma classe ou em classes diferentes. Esta atividade tem, geralmente, como objetivo facilitar ou permitir a apreensão e compreensão de um domínio do real e pode visar, de igual modo, propósitos de investigação específicos. Para tal, demarca-se uma determinada área da realidade, estabelecem-se critérios (um ou mais do que um) e concebem-se diversas classes (que podem ser em número restrito e finito ou abundante e indeterminado). Concomitantemente, é relevante indicar de que modos os critérios devem ser aplicados às entidades sobre as quais a tarefa de classificar incide.

A área da realidade em que tais classificações incidem pode corresponder ao conjunto de todos os textos ou a grupos específicos de textos. Por exemplo, as classificações em tipos de textos e em tipos de sequências textuais, aparentemente, são aplicáveis a todos os textos – aos que já foram produzidos e aos que serão produzidos no futuro, sejam orais ou escritos. Já a classificação em modos literários incide exclusivamente num grupo particular: o dos textos literários.

Os critérios em que cada classificação assenta podem dizer respeito a dimensões externas ou situacionais dos textos, como a área de atividade em que eles são produzidos e em que circulam, os papéis socioprofissionais que assumem os interlocutores e os objetivos que pretendem atingir ao produzirem um determinado texto. Mas também podem dizer respeito a dimensões internas ou textuais, como os temas abordados, a estrutura ou organização do texto e aspetos estilístico-gramaticais.

As classes contempladas em cada classificação podem ser em número finito ou em número indeterminado. Esta diferença deve-se, geralmente, a uma outra característica: há classificações textuais que são propostas por

---

<sup>4</sup> Os objetos ou entidades que são classificados podem ser geralmente perspetivados segundo dimensões muito diferentes. Os textos são complexos objetos verbais empíricos suscetíveis de serem observados, entre outras, nas dimensões seguintes: área de atividade em que o texto é produzido e em que circula, papel socioprofissional do(s) autor(es) e dos seus interlocutores, objetivos que se pretende atingir com o texto, temas abordados, estrutura e estilo adotados, língua natural, suporte (oral ou escrito), meio de difusão / circulação (papel, digital; rádio, televisão, internet, etc.). Em teoria, cada uma das dimensões pode constituir-se como critério para o estabelecimento de uma classificação textual.

especialistas, enquanto outras emergem “espontaneamente” nas comunidades discursivas em que as classes são estabelecidas, delimitadas e usadas. As primeiras são, geralmente, classificações fechadas e sistemáticas, sem prejuízo de atualizações e reformulações; as segundas correspondem, geralmente, a classificações abertas e não sistemáticas.

Um outro aspeto que é relevante sublinhar diz respeito ao facto de os textos e as classes serem entidades ontologicamente diferentes. Os textos são objetos verbais fisicamente manifestados e suscetíveis de serem apreendidos pelos sentidos: na oralidade, manifestam-se através de fones, apreensíveis pelo sentido da audição; na escrita, manifestam-se através de grafemas de diversos tipos, apreensíveis pelo sentido da visão.<sup>5</sup> As classes, por seu turno, são entidades conceptuais, inserindo-se, portanto, num plano abstrato. Deste modo, os textos são objetos empíricos, enquanto as classes são entidades abstratas.

Estabelecida esta distinção ontológica, pode-se completar a definição dos atos classificativos: classificar consiste em associar um objeto empírico (neste caso, os textos orais e escritos) a uma entidade abstrata (uma classe prevista na classificação), com base em critérios pré-determinados. Assim, a título de exemplo, o texto intitulado *Os Maias* pode ser associado à classe dos romances. Por facilidade e rapidez na comunicação, diz-se geralmente “*Os Maias* são um romance”. No entanto, o que, em rigor, se pretende comunicar é que “*Os Maias* são um texto (objeto empírico) que se insere na classe dos romances (entidade conceptual)”.

Note-se que, como resultado do ato de classificar, objetos distintos são inscritos numa mesma classe; textos singulares como *Os Maias*, de Eça de Queirós, *Guerra e Paz*, de Leo Tolstói, e *Ulisses*, de James Joyce, são inseridos na classe dos romances. Ou seja, quando se classificam textos, foca-se a atenção numa propriedade que eles manifestam (ou em mais do que uma) e não são tomadas em consideração múltiplas outras que tornam os textos em causa muito diferentes uns dos outros.<sup>6</sup> De qualquer modo, se forem

<sup>5</sup> Ver, neste volume, o capítulo 1, “Texto e Contexto: Que relações?”.

<sup>6</sup> Entre as propriedades que distinguem claramente estes três textos contam-se a língua em que foram redigidos, os temas que abordam, as intrigas que narram, as personagens que as protagonizam, os espaços em que decorrem, a estrutura e o estilo de cada um deles, etc. Estas diferenças não impedem que eles sejam inseridos na mesma classe: a dos romances.

inseridos numa mesma classe, eles partilham, pelo menos, uma propriedade relevante: a(s) que corresponde(m) a um critério (ou mais do que um) estabelecido no âmbito da classificação em causa. De facto, os três são textos literários narrativos, em prosa, de grande extensão, que referem conjuntos de eventos – temporalmente ordenados e que mantêm relações de causalidade entre si –, protagonizados por uma ou mais personagens, as quais sofrem transformações, de tal modo que, no final da intriga, a situação em que se inscrevem é distinta da que se verificava no início.

Importa conhecer diversas classificações textuais e saber que classes elas preveem ou podem contemplar. Quando um indivíduo se depara com duas designações de classes textuais, é conveniente que saiba se ambas estão inscritas na mesma classificação ou se integram classificações distintas. Pode ser relevante, de igual modo, saber que outras classes se opõem a uma dada classe no âmbito de uma determinada classificação. Só desse modo se evitará ter um conhecimento avulso das categorias usadas. Em particular, se se trata de um professor (de línguas ou de outra área disciplinar em que se ensina conteúdos acerca de diversas classes de textos), é decisivo ter um conhecimento sistematizado e exaustivo das principais classificações textuais. A próxima secção incidirá nesse tema.

### 3. CLASSES TEXTUAIS NOS DOCUMENTOS PROGRAMÁTICOS

Tendo por base as categorias encontradas nos documentos programáticos de Português (ver Barbeiro et al., 2021; Jorge, 2019, i. a.), a seguir, serão apresentadas e caracterizadas algumas das classificações de textos mais conhecidas e mais usadas, sobretudo em contexto didático, nos anos de escolaridade do ensino básico e secundário. A propósito de cada uma delas, serão explicitados os critérios em que se baseia e as classes que prevê.

#### 3.1. Tipos de discurso

Uma classificação que emerge nesses documentos é a classificação em tipos de discurso. Assenta na divisão das sociedades contemporâneas em áreas ou domínios de atividade. O critério que lhe subjaz é, então, de na-

tureza socioprofissional (trata-se, portanto, de um critério externo).<sup>7</sup> Assim, concebe-se que os textos produzidos no âmbito do jornalismo se inserem no discurso jornalístico; os que são produzidos no âmbito de áreas de atividade, como a justiça, a política, a religião, a literatura, a publicidade, a academia e a investigação científica são inscritos, respetivamente, no discurso jurídico, no discurso político, no discurso religioso, no discurso literário, no discurso publicitário e no discurso académico-científico.<sup>8</sup>

Nos documentos relativos às *Aprendizagens Essenciais de Português*, constam etiquetas como (texto) *literário* e (texto) *publicitário*.<sup>9</sup> Estas etiquetas designam classes que se inserem na classificação em tipos de discurso.

### 3.2. Géneros

Pode articular-se a classificação em tipos de discurso com uma classificação em géneros.<sup>10</sup> Possivelmente, os géneros constituem as classes textuais cujas etiquetas são mais usadas na sociedade em que vivemos. Designações

<sup>7</sup> A conceção de tipos de discurso exposta neste capítulo corresponde à da Análise do Discurso (Maingueneau, 2014). No seio do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 1997), concebe-se os tipos de discurso de maneira diferente: a designação refere modos de enunciação (ou mundos discursivos) e constitui um aprofundamento da proposta original de Benveniste, que distinguiu *discurso* e *história*. Os quatro tipos de discurso previstos nesta classificação – discurso interativo, relato interativo, discurso teórico e narração – definem-se segundo dois critérios: a relação temporal entre o ato de enunciação e os conteúdos incluídos no texto (que pode ser de conjunção ou disjunção, dando origem a textos da ordem do “expor” e do “narrar”, respetivamente) e a relação de participação do locutor nos conteúdos manifestados no texto (que pode ser de implicação ou autonomia) (cf. Bronckart, 1997, p. 159). Estas categorias constituem, simultaneamente, tipos linguísticos (identificáveis com base em marcas verbais específicas) e arquétipos psicológicos independentes da língua usada (Maingueneau, 2002, p. 592). Ver também, neste volume, o capítulo 1, “Texto e Contexto: Que relações?”.

<sup>8</sup> Adiante, ver-se-á que algumas dificuldades emergem da adoção deste critério. Note-se que, por um lado, cada indivíduo assume papéis socioprofissionais diferentes ao longo do dia (professor, paciente, cliente, pai, filho, irmão, amigo, colega de trabalho, etc.) de que resultam textos suscetíveis de serem inseridos em tipos de discurso distintos. Por outro lado, o número de classes da classificação e o grau de especificação de cada uma delas é variável. Um pesquisador pode conceber, por exemplo, o discurso dos professores, mas também o discurso dos professores de uma dada disciplina (os professores de matemática ou biologia), de uma dada região (os professores do norte de Portugal), de um ciclo de ensino (os professores universitários), etc.

<sup>9</sup> A etiqueta *texto publicitário* insere-se na classificação em tipos de discurso, mas a designação *anúncio publicitário* inscreve-se na classificação em géneros.

<sup>10</sup> Ver, neste volume, o capítulo 1, “Texto e Contexto: Que relações?” e o capítulo 4, “O Reconto e o Relato: Propostas de análise de narrativas orais em contexto escolar”.

como *notícia* e *reportagem* (na área jornalística), *acórdão* e *sentença* (no âmbito jurídico), *sermão* e *oração* (no domínio religioso), *romance* e *soneto* (no âmbito da literatura), *anúncio* e *slogan* (na área da publicidade), *tese de doutoramento* e *artigo científico* (na área académico-científica) referem géneros e são frequentemente incorporadas nos diálogos do quotidiano.

Crítérios múltiplos e heterogéneos subjazem a esta classificação em géneros. Ou seja, para se inserir um texto numa dada classe, pode aplicar-se um critério externo ou situacional (como a área de atividade em que o texto é produzido, o papel socioprofissional de que o autor do texto está investido ou os objetivos que procura atingir). Por exemplo, um texto do género editorial só pode ser produzido por um jornalista que integre a direção de uma redação e uma sentença só pode ser produzida por um juiz. Por seu turno, um texto do género anedota tem como objetivo fazer rir; e um edital visa divulgar informações acerca de um ato administrativo. Nestas classes, como se vê, diferentes critérios são convocados: o papel socioprofissional do autor do texto e o objetivo que com ele se propõe atingir. Estes critérios contribuem (eventualmente em conjunto com outros) para que tais classes possam ser delimitadas em relação a outras.

Mas, concomitantemente, também podem ser aplicados critérios internos ou textuais, como os temas abordados nos textos de um dado género, a respetiva estrutura e aspetos estilístico-gramaticais (Bakhtin, 1986, p. 60; Adam, 2001a, p. 40). A ordenação dos conteúdos contribui para caracterizar e distinguir textos dos géneros dicionário, horário e soneto. Outras categorias, como o dicionário unilingue, bilingue ou temático e o romance de ficção científica, de aventuras ou policial, dependem dos conteúdos tipicamente tematizados nesses subgéneros. Ou seja, uma vez mais, critérios distintos são convocados para delimitar as classes em causa.

Assim, uma particularidade da classificação em géneros reside no facto de os critérios mencionados (externos e internos) não serem necessariamente aplicados a todos os textos:<sup>11</sup> alguns critérios são usados para caracterizar textos de um dado género, enquanto outros critérios diferentes são convocados para caracterizar textos de um outro género. Por isso se diz que

<sup>11</sup> Com base nesta característica, opõe-se *classificação* a *tipologia*. Na conceção adotada neste artigo, os géneros e os tipos de discurso constituem *classificações*, enquanto os tipos de texto, os tipos de sequências textuais e os modos literários configuram *tipologias*. Ver nota seguinte.

esta classificação em géneros é pré-teórica.<sup>12</sup> Tal sucede porque se trata de uma classificação não sistemática, ou seja, de uma classificação cujas classes foram sendo estabelecidas “espontaneamente”, no seio das comunidades discursivas em que são usadas. Trata-se, além disso, de uma classificação aberta, pois novos géneros podem ser gerados e outros podem cair em desuso, dependendo das dinâmicas inerentes às diversas comunidades discursivas que os usam.

Nos documentos programáticos de Português, a maioria das categorias textuais insere-se na classificação em géneros: artigo de opinião, biografia, carta, conto, diário, notícia, relatório, etc.

A articulação, atrás mencionada, entre a classificação em tipos de discurso e a classificação em géneros deve-se ao seguinte fator: em muitos casos (ainda que não em todos), cada género pode ser inserido num determinado tipo de discurso. Géneros como a notícia, o editorial, o artigo de opinião, a entrevista e a reportagem inserem-se no discurso jornalístico; são, então, géneros jornalísticos. O romance, o conto, a epopeia, o soneto, a balada, a canção, a tragédia e a comédia inscrevem-se no discurso literário; são, portanto, géneros literários. Acresce que a sentença e o acórdão são integrados no discurso jurídico, sendo, por isso, géneros jurídicos. E assim sucessivamente.

Como resultado desta articulação, é possível conceber uma classificação textual hierarquizada ou em árvore, na qual os tipos de discurso se situam no nível superior e os géneros no nível inferior. O Quadro 1 sistematiza esta relação hierárquica entre tipos de discurso e géneros (cf. Silva, 2012; 2019).

---

<sup>12</sup> Segundo Isenberg (1987), “utilizamos la expresión *clase de texto* como designación conscientemente vaga, para toda forma de texto, cuyas características pueden fijarse mediante la descripción de determinadas propiedades no válidas para todos los textos, independientemente de si estas propiedades pueden concebirse teóricamente y de qué manera, dentro del marco de una tipología textual. Utilizamos, en cambio, el término *tipo de texto* como designación teórica de una forma específica de texto, descrita y definida dentro del marco de una tipología textual. Todo tipo de texto es, según esta diferenciación, al mismo tiempo una clase de texto, pero no la inversa”, *apud* Miranda (2010, pp. 71-72).

Tipos de discurso	Gêneros
<b>Jornalístico</b>	notícia, editorial, reportagem, entrevista, artigo de opinião, coluna, etc.
<b>Jurídico</b>	sentença, lei, acórdão, etc.
<b>Religioso</b>	sermão, oração, encíclica, bula, etc.
<b>Literário</b>	romance, novela, conto, soneto, balada, canção, tragédia, comédia, etc.
<b>Publicitário</b>	anúncio de jornal, anúncio de televisão, anúncio de rádio, outdoor, etc.
<b>Científico / Acadêmico</b>	tese de doutoramento, dissertação de mestrado, artigo científico, etc.
...	...

**Quadro 1** – Articulação das classificações em tipos de discurso e em gêneros

Deve ser sublinhado que a sistematização apresentada no Quadro 1 esconde problemas e limitações importantes na articulação das duas classificações. Há gêneros que não se enquadram de forma exclusiva num determinado tipo de discurso. Os casos clássicos são os dos gêneros crônica e ensaio. A crônica pode ser inserida no discurso jornalístico e no discurso literário; o ensaio pode ser inserido no discurso acadêmico, mas há também exemplares suscetíveis de constarem no discurso literário. Ou seja, aparentemente, o critério de natureza socioprofissional subjacente à classificação em tipos de discurso não garante que os textos de um determinado gênero sejam inseridos numa e numa só classe (de forma inequívoca, pelo menos).

A situação apontada parece ficar a dever-se a razões de natureza diversa. Por um lado, o critério subjacente à classificação em tipos de discurso é vago e impreciso: como se determina com exatidão e de forma inequívoca o papel socioprofissional que um indivíduo assume num determinado momento? Por outro lado, a crescente complexificação das sociedades contemporâneas, ao nível das atividades socioprofissionais e das práticas discursivas, parece estar na origem de frequentes casos de hibridismo, ou seja, de textos de categorias distintas que manifestam algumas propriedades idênticas. Por fim, os textos que têm origem no seio de uma dada comunidade discursiva podem sofrer influências de outras áreas de atividade. Assim, textos de um gênero geralmente associado ao discurso acadêmico (como o ensaio) ou ao

discurso jornalístico (como a crónica) evidenciam muitas vezes propriedades (temáticas e estilísticas, pelo menos) inerentes ao discurso literário.<sup>13</sup>

### 3.3. Modos literários

A lista de etiquetas referidas nas *Aprendizagens Essenciais de Português* contém, de igual modo, classes que pertencem a três outras classificações textuais. Uma delas é a classificação em **modos literários**, que, como se infere pela designação, incide exclusivamente nos textos produzidos no âmbito da literatura. Neste domínio, as propostas teóricas convergem, regra geral, na ideia segundo a qual há três modos literários: lírica, narrativa e drama.<sup>14</sup> Trata-se, portanto, de uma classificação fechada, cuja tripartição foi originalmente proposta por Platão, na sua obra *A República*.<sup>15</sup>

De acordo com a conceção inicial desta classificação, cada categoria depende das entidades que intervêm no texto: na lírica, intervêm apenas o autor; no drama, intervêm apenas as personagens; na narrativa, intervêm o autor e as personagens. Deste modo, a classificação assenta (ou assentava inicialmente) num critério de natureza enunciativa.<sup>16</sup>

Entre as designações de classes de textos listadas nas *Aprendizagens Essenciais de Português*, as categorias lírica / textos líricos, narrativas / textos narrativos<sup>17</sup> e *texto dramático* dizem respeito à classificação em modos literários.

<sup>13</sup> A questão será retomada no capítulo 3, “Géneros escolares e aprendizagens”, a propósito dos géneros escolares.

<sup>14</sup> Em Costa e Aguiar e Silva (n.d.), todavia, propõe-se um quarto modo literário, designado didático-ensaístico. Cf. Silva (2015, pp. 9-10).

<sup>15</sup> As designações originais, contudo, não correspondiam às que hoje são usadas. Platão refere-se a três espécies de poesia: uma espécie inteiramente imitativa (drama), uma espécie simples (lírica) e uma espécie mista (narrativa).

<sup>16</sup> Posteriormente, outros critérios foram associados a cada uma das três classes (cf. Aguiar e Silva, 1988, pp. 388-391; Silva, 2015, pp. 5-6).

<sup>17</sup> A seguir, ver-se-á que a designação *narrativo* se inclui quer na classificação em modos literários, quer na classificação em tipos de textos. Uma distinção relevante entre estas classes diz respeito ao seguinte: a classe textual *modo narrativo* incide apenas em textos literários, enquanto a classe *tipo de texto narrativo* se aplica quer a textos literários, quer a textos não literários. Por outro lado, a classe *modo narrativo* opõe-se às classes *modo lírico* e *modo dramático*, enquanto a classe *tipo de texto narrativo* contrasta com as classes *tipo de texto descritivo*, *argumentativo*, *expositivo* e *instrucional*. Para uma reflexão desenvolvida acerca do facto de esta etiqueta ser contemplada em diversas classificações textuais – em modos, em géneros, em tipos de texto e em tipos de sequências textuais –, cf. Silva (2015).

### 3.4. Tipos de texto

Explicitar-se-á, agora, uma classificação em tipos de texto, inicialmente proposta por Werlich (1983). Esta classificação prevê cinco categorias: *narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo e instrucional*. Trata-se, então, de uma classificação fechada que parece assentar em dois critérios: no foco contextual dominante (que corresponde ao principal objetivo comunicativo geral) e nos mecanismos cognitivos envolvidos na produção dos textos de cada tipo<sup>18</sup> (ou seja, trata-se de dois critérios externos ao texto).

No texto de tipo narrativo, o objetivo comunicativo dominante consiste em explicitar situações cronologicamente representadas. Nesse sentido, depende do processo cognitivo de percepção dos acontecimentos no tempo. Na superfície textual, é atestada a referência a eventos que se sucedem cronologicamente e que são protagonizados por uma personagem (ou mais do que uma).

No texto de tipo descritivo, o objetivo comunicativo consiste em expor situações espacialmente ordenadas, pelo que está associado ao mecanismo cognitivo de percepção das entidades no espaço. Assim, em textos deste tipo, são listadas as propriedades de um dado objeto ou entidade e as partes em que é suscetível de ser dividido ou perspectivado.

Nos textos de tipo argumentativo, o principal objetivo comunicativo incide nas relações entre conceitos e fenómenos; centram-se, então, nos processos cognitivos de avaliação e de tomada de posição do autor. Por isso, encontram-se, nos exemplares deste tipo, ideias e reflexões (teses, argumentos a favor e contra), que são aferidas consoante a sua validade, consistência, etc.

No que se refere ao texto de tipo expositivo, o objetivo comunicativo dominante recai na decomposição de conceitos e fenómenos em elementos constituintes (análise) ou no processo inverso de composição desses elementos em conceitos e fenómenos (síntese). Relaciona-se, por isso, com os mecanismos cognitivos de análise e síntese de representações concep-

<sup>18</sup> Em rigor, parece basear-se também num critério estilístico e num critério estrutural, dado que o autor prevê que cada tipo de texto se caracterize por propriedades como a ocorrência de certos constituintes (conectores, tempos verbais, etc.) e a ordenação típica das ideias em cada um dos tipos textuais. São estas propriedades manifestadas na superfície textual que permitem inferir o principal objetivo comunicativo, assim como os mecanismos cognitivos que lhes subjazem e que não se encontram atestados no texto, naturalmente.

tuais. Em textos deste tipo, manifesta-se um conjunto de informações acerca de um objeto, órgão, dispositivo, conceito, fenómeno ou entidade (mostrando de que modo funciona, que relações mantém com outros objetos, órgãos, etc.).

Por fim, nos textos de tipo instrucional, o principal objetivo comunicativo consiste em indicar, recomendar ou prescrever comportamentos futuros. Eles assentam, por isso, na antevisão de procedimentos a adotar pelos interlocutores. Nestes textos, incita-se o leitor / ouvinte a fazer algo e a organização das ideias tipicamente inclui a indicação de tarefas a concretizar, de acordo com uma ordem cronológica.

As designações (texto) *narrativo*,<sup>19</sup> *descrição* e *exposição*,<sup>20</sup> que constam dos documentos *Aprendizagens Essenciais de Português*, constituem etiquetas de classes inerentes (ou que podem ser associadas) à classificação em tipos de textos.

### 3.5. Poesia e prosa

Vale a pena referir ainda duas outras designações que ocorrem nesse documento: *poemas* e *texto poético* (a que se pode acrescentar *poesia*). A classe texto poético (ou *poesia*) insere-se numa classificação textual que diz respeito apenas aos textos literários. Essa classificação prevê duas classes: poesia e prosa. A poesia inclui os textos literários que são escritos em verso; a prosa, os restantes textos literários. Além do critério estritamente formal que permite distinguir estas duas classes, outros critérios subsidiários podem ser usados, nomeadamente os mecanismos de versificação geralmente inerentes aos textos poéticos: rima, metro, ritmo, entre outros. Do mesmo modo, na sua origem, os textos em verso destinavam-se a ser can-

<sup>19</sup> Veja-se o que foi anteriormente referido acerca do facto de a etiqueta *narrativo* ser usada em classificações diferentes.

<sup>20</sup> A designação *descrição* refere o processo enunciativo de que resulta o texto descritivo. Todavia, por facilidade de comunicação, por vezes, usa-se *descrição* para referir texto descritivo (por exemplo, no enunciado “Fizeste uma ótima descrição”). Neste caso, parece que o mesmo raciocínio pode ser usado na relação entre as etiquetas *exposição* e *texto expositivo*. Tenha-se em atenção, porém, que a designação *exposição* é polissémica, possuindo aceções acrescidas como “atividade ou local onde se dispõem objetos à vista do público”, “apresentação de produtos ou serviços para venda” ou “forma de contar um evento ou de explicar um fenómeno”.

tados, acompanhados por música. Estes são, portanto, outros critérios que se pode tomar em consideração para distinguir poesia de prosa. Dado que contempla apenas duas classes e não parece ser possível prever qualquer outra, trata-se de uma classificação fechada.

Note-se que, em contexto didático, a designação *texto poético* provavelmente nem sempre é usada de acordo com o que estipula a classificação. De facto, a etiqueta *texto poético* parece ser, por vezes, adotada como sinónimo perfeito de texto lírico e vice-versa. Isso deve-se ao facto de, aparentemente, se fazer uma sobreposição inadequada entre as categorias poesia e lírica, por um lado, e entre prosa e narrativa e drama, por outro.

Essa inadequação pode ficar a dever-se ao seguinte: na sincronia atual, a maioria dos exemplares de textos literários em poesia (classe baseada num critério eminentemente formal) são também textos líricos (classe baseada originalmente num critério enunciativo). Do mesmo modo, a maioria dos exemplares de textos literários em prosa são textos narrativos ou dramáticos. Por isso, talvez se tenha tornado usual associar (ou mesmo sobrepor) as classes texto lírico a texto poético, assim como as classes texto em prosa a texto narrativo e a texto dramático.

Contudo, em épocas anteriores à atual, foram redigidos inúmeros textos literários em poesia que se inserem nos modos narrativo e dramático: *Os Lusíadas* constituem um texto poético e predominantemente narrativo; *o Auto da barca do inferno* constitui um texto poético e dramático.<sup>21</sup> Estes exemplos comprovam que a classificação em modos literários e a que opõe poesia e prosa são diferentes e podem ser, simultaneamente, aplicadas a um mesmo texto literário. Demonstram, ainda, que parece ser abusivo e inadequado fazer corresponder a classe texto poético à classe texto lírico (e vice-versa).

Uma forma de esclarecer o que se está a referir ao usar a etiqueta *texto poético* (ou *poesia*) consiste em fazer a seguinte pergunta: “quando digo / escrevo *texto poético*, incluo nessa classe textos como *Os Lusíadas* e o *Auto*

<sup>21</sup> A obra *Húmus*, de Raul Brandão, configura um exemplo clássico de prosa poética na literatura portuguesa. O que geralmente se designa por *prosa poética* talvez possa ser designado de forma mais certa como *prosa lírica*: trata-se de um texto em prosa em que intervém o autor. É certo que os textos de prosa poética podem incluir mecanismos geralmente associados à poesia (como a rima, o metro e o ritmo). Todavia, esses textos são redigidos em prosa, e não em verso, o que parece invalidar, pelo menos em parte, a ocorrência do adjetivo *poética*.

*da barca do inferno* (ou as peças de Shakespeare)?” Se a resposta for “não”, então provavelmente estar-se-á a sobrepôr, de uma forma que não é rigorosa nem correta, as classes texto poético e texto lírico. Se a resposta for “sim”, então parece ter-se consciência de que texto poético e texto lírico são classes que se inserem em classificações distintas, porque se baseiam em critérios diferentes: uma classificação (fechada) em modos literários que inclui três classes – lírica, narrativa e drama; e uma classificação (igualmente fechada) baseada, entre outros, num critério formal que opõe apenas duas classes – poesia e prosa.

### 3.6. Categorias e classificações textuais nos documentos programáticos

O Quadro 2 sistematiza as reflexões apresentadas ao longo das secções anteriores, procurando associar categorias atestadas nos documentos programáticos de Português a uma dada classificação textual.

Classes referidas nos documentos programáticos de Português	Classificações em que as classes se inserem
Lírica / textos líricos, narrativas / textos narrativos, texto dramático	Modos literários
Texto poético	Poesia / Prosa
Texto publicitário, texto literário	Tipos de discurso
Biografia, conto, entrada de dicionário, anúncio publicitário, notícia, etc.	Géneros
Descrição, narrativas / textos narrativos, exposição	Tipos de texto

**Quadro 2** – Etiquetas de categorias textuais referidas nos documentos programáticos de Português e classificações em que se inserem

Da análise do quadro, sobressai uma constatação: nos documentos em causa, são referidas categorias textuais que dizem respeito a classificações muito diferentes, as quais se baseiam em critérios distintos e preveem classes igualmente distintas. A proliferação de classes e de classificações nos

documentos programáticos de Português não constitui necessariamente uma dificuldade, dado que elas são usadas em contextos didáticos, aparentemente sem que originem problemas sérios de comunicação.

Todavia, seria aconselhável que os documentos que as referem (ou outros textos de apoio) procedessem a uma sistematização esclarecedora: poderia ser sumariamente caracterizada cada classificação textual usada nos documentos estruturantes e orientadores do ensino. Recorde-se que, para se conhecer uma dada classificação textual, é decisivo conhecer os critérios em que se baseia e que classes prevê, além de se saber se constitui uma classificação aberta ou fechada. Por isso, seria também relevante explicitar quais são as classes que se inserem em cada classificação. Evitar-se-ia, desse modo, a listagem avulsa e desconexa de classes textuais.

Antes de se concluir esta secção, orientada para a sistematização das categorias e classificações textuais que se encontram nos documentos programáticos, vale a pena atentar na etiqueta *discurso político*, por exemplificar a diversidade de critérios que lhe correspondem. Ela pode designar uma categoria da classificação em tipos de discurso. Nesta aceção, a classe discurso político engloba todos os textos (orais e escritos) produzidos por indivíduos investidos de um papel socioprofissional de agente político, como Presidente da República, primeiro-ministro, ministro, secretário de Estado, deputado, líder de partido, presidente de câmara, sindicalista, etc.

Porém, a etiqueta discurso político é também usada para referir um género. No seu uso corrente, a palavra *discurso* remete para uma intervenção oral monogerada, geralmente numa situação formal. E, nesta aceção, discurso político designa uma classe de textos orais produzidos por indivíduos que, no momento da produção textual, assumem um papel socioprofissional de agente político. Constituem exemplos destes géneros alocações como a mensagem de ano novo do Presidente da República, o discurso de tomada de posse do primeiro-ministro, as intervenções de deputados e ministros na Assembleia da República, etc.

No contexto em que ocorre (*Aprendizagens Essenciais de Português*, 9.º ano, p. 2), discurso político refere um género (e não um tipo de discurso). Porém, como se viu, a própria designação é suscetível de remeter para categorias que se inscrevem em classificações distintas. Assim, este

caso configura um tipo de dificuldade que acresce a várias outras e que prejudica o uso rigoroso e adequado das etiquetas de categorias textuais.

Há ainda uma categoria à qual, propositadamente, ainda não nos referimos, mas que podemos considerar que está no cerne da atividade de ensino e que é referida de forma saliente no *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico* (Buescu et al., 2015): a categoria *género escolar*. A esta categoria dedicaremos uma parte relevante do terceiro capítulo (“Géneros escolares e aprendizagens”), quando efetuarmos a ligação dos géneros às propostas de ensino-aprendizagem.

#### 4. CONCLUSÃO

Das reflexões anteriormente expostas, ressalta uma evidência: os documentos orientadores das práticas de ensino-aprendizagem em Portugal incluem categorias textuais que se inscrevem em múltiplas classificações: em tipos de discurso, em géneros, em tipos de textos, em modos literários e na oposição poesia-prosa. Trata-se de classificações diversas, quer nos critérios que lhes subjazem, quer nas categorias que preveem, quer no facto de umas serem abertas e outras serem fechadas.

Nesses documentos, não se alerta para a pluralidade de classificações textuais que são contempladas, nem se caracteriza (ainda que brevemente) qualquer uma delas ou as classes que contemplam. De facto, dada a crescente relevância que se atribui em contexto didático a algumas categorias textuais (em particular, aos géneros, mas também aos tipos de textos), seria importante que os documentos fossem mais explícitos relativamente às classes que indicam e que prescrevem como centrais. Pode, então, dizer-se que as classes não são apresentadas de forma sistematizada e explícita, mas que, em grande medida, são retomadas as classes habitualmente em uso na sociedade.

A ausência de sistematização encontrada pode ser tomada sob duas perspetivas divergentes. Por um lado, relativamente a quase todas as categorias indicadas nos documentos programáticos de Português, é provável que os falantes as reconheçam, assim como aos exemplares de textos que nelas se inscrevem. De facto, os docentes (e também, por certo, muitos es-

tudantes), regra geral, sabem indicar exemplares dos géneros romance, conto, soneto; ou dos géneros notícia, editorial e reportagem; ou dos géneros carta, receita de culinária e artigo de opinião. Acresce que, em princípio, conseguem associar intuitivamente cada texto aos tipos narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo ou instrucional. Por outro lado, podemos considerar que a sistematização constitui, ela própria, um apoio para a aprendizagem do que está em foco na construção das classes ou categorias. Por conseguinte, a ausência de sistematização não fornece esse apoio para a organização do conhecimento. Naturalmente, seria importante que o fizesse.

Se os indivíduos (professores e estudantes, em particular) conseguem comunicar usando as categorias previstas nessas classificações (o que é mais saliente quando são utilizadas de forma contextualizada), a ausência de uma sistematização adequada nos documentos programáticos constituirá um obstáculo para as atividades a desenvolver na sala de aula ou um problema eminentemente teórico? A resposta deve ser dada, tendo em conta o contributo que as classificações podem trazer para a construção do conhecimento.

No que diz respeito aos professores, estes devem ser detentores de um conhecimento explícito acerca das classificações, das categorias que elas preveem e das propriedades inerentes a cada categoria. Considera-se relevante ou mesmo indispensável que os professores de Português conheçam as diversas classificações textuais, ou seja, os critérios de que dependem e se elas configuram classificações abertas ou fechadas. Do mesmo modo, espera-se que saibam identificar as classes que cada classificação contempla e indicar as propriedades específicas dessas classes. Só assim se poderá dizer que possuem um conhecimento adequado à abordagem destes temas em contexto didático. Ativando esse conhecimento, poderão situar-se e situar os alunos em diferentes níveis de sistematização e de utilização das etiquetas e classificações.

No que respeita aos estudantes, para além de dominarem as classificações habituais em uso na sociedade, o domínio de categorizações sistematizadas pode apoiar a construção do conhecimento correspondente às categorias em causa. A fim de os alunos alcançarem esse domínio, o professor deve ativar na sua ação pedagógica a metalinguagem que as classifi-

cações facultam para referir e categorizar os textos. Deve igualmente alimentar a reflexão metatextual por parte dos alunos, no âmbito da qual podem recorrer à utilização consciente dos termos para estabelecer relações entre os textos, considerando as suas características e as categorias para que estas remetem.